



# DIA A DIA

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242 0673 - 2231 2281

**SEJA  
SÓCIO  
VOCÊ  
TAMBÉM**

[www.bancariospetropolis.com.br](http://www.bancariospetropolis.com.br)

**Ano XIV nº 4247 – 13 de dezembro 2011**

## BB disponibiliza verba do PAF até 16 de dezembro



Escriturários, caixas, assistentes e auxiliares do Banco do Brasil têm até o dia 16/12 para utilizar os recursos do Programa de Aprimoramento dos Funcionários (PAF).

São R\$ 215,00 que o banco disponibiliza para cada funcionário, que podem ser utilizados em cursos, livros, material didático, assinatura de jornais de grande circulação, de provedor internet e banda larga, entre outros.

A verba é uma conquista dos funcionários do BB nas negociações específicas da Campanha 2011.

Os recursos são distribuídos aos bancários por meio de reembolso.

Os procedimentos para a utilização dos recursos estão explicados na Instrução Normativa (IN) 390-1, que também traz a lista dos cargos que fazem parte do público do programa e detalhes de como os recursos podem ser utilizados. Os recursos estão disponíveis também para os dirigentes sindicais.

## Itaú Unibanco desiste de recursos no TST

Um comunicado do Grupo Itaú, através da diretoria jurídica, ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, informou a desistência de 613 recursos no TST, que correspondem a 31% dos 1979 processos em que os bancos Itaú e Unibanco são reclamados.

O grupo informou, através de um documento entregue ao Tribunal, o compromisso da sua atual política interna de só manter ou introduzir novos recursos apenas em processos relevantes ao interesse das empresas do Grupo Itaú. Os fatores que determinam quais processos devem continuar em andamento são os respaldos legais, entendimento jurisprudencial firmado ou em construção.

A decisão de desistência dos recursos aconteceu após a revisão de todas as pendências de julgamento no TST, com o objetivo de reduzir e racionalizar a quantidade de processos submetidos a julgamento. Segundo o Grupo, esta é uma forma de prestar um serviço de relevância social e contribuir para o desafogo do Judiciário brasileiro. Este ano, segundo o TST, o Santander e a Advocacia-Geral da União adotaram procedimentos semelhantes, resultando na desistência de mais de 1.500 processos.

## Impostos Federais poderão ser pagos com cartão de crédito ou débito em 2012

Os contribuintes poderão pagar todos os impostos federais com cartão de crédito ou de débito a partir do ano que vem. O Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) passará a ser impresso com códigos de barra para facilitar a operação.



A medida permitirá o pagamento de impostos em qualquer equipamento como os caixas eletrônicos que tenham o leitor de código de barras. A operação estará disponível também para o contribuinte pagar as cotas do imposto de renda devido.

Atualmente o contribuinte pessoa física depois de fazer a declaração do imposto de renda e verificar se tem imposto a pagar necessita imprimir o Darf para pagar a dívida em uma única ou mais parcelas, mas sem o código de barras. Outra opção é autorizar o débito em conta-corrente ao preencher a declaração.

Em 2011, um total de 24.370.072 de contribuintes enviou a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física ao Fisco. O número superou a estimativa da Receita Federal, que esperava receber 24 milhões de formulários.

## BC amplia base de dados do Sistema de Informações de Crédito

O Banco Central (BC) vai ampliar a base de dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) e a partir de 31 de janeiro de 2012, contará com mais detalhes sobre as operações de crédito, como a renda das pessoas físicas, faturamento das pessoas jurídicas e as informações dos fundos de investimento de direitos creditórios.

O sistema também terá, a partir de 30 de abril, a identificação de todos os clientes com operações totais iguais ou superiores a R\$ 1 mil.



Atualmente, estas informações são fornecidas para obrigações iguais ou superiores a R\$ 5 mil.

A medida contribui para o aprimoramento das ferramentas que o BC tem para supervisionar e avaliar as condições econômico-financeiras das instituições, além de propiciar um melhor conhecimento do processo de inclusão financeira no Brasil.